



Campanha de Lula foca na morte de Ana Clara

Propaganda na TV do candidato petista à reeleição insiste no fato de que Flávio Bolsonaro defendeu o militar responsável pelo tiro de fuzil que matou criança de 5 anos, em 2021, em Niterói (RJ). Autor do disparo nunca foi julgado

» LUÍZA ALTOÉ

Em uma estratégia para reduzir a vantagem conquistada pelo candidato Flávio Bolsonaro (PL) no 1º turno da corrida à Presidência, a campanha para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vem insistindo no fato de o senador ter atuado na defesa do policial militar acusado de matar Ana Clara, de 5 anos, no Rio de Janeiro, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Movimentos sociais fazem manifestação em Brasília, hoje, pedindo que o Judiciário não permita que esse crime bárbaro fique impune.

No horário eleitoral gratuito de ontem na TV, Lula voltou a destacar a atuação de Flávio como advogado do policial militar Bruno Dias Dellaroli, apontado como autor do crime. A peça exibiu ainda uma depoimento da mãe de Ana Clara, um recorte do vídeo *Revelando: O Julgamento que Nunca Aconteceu, o caso Ana Clara, com Camila Pitanga*, disponível no YouTube.

Impunidade

Ana Clara Gomes Machado foi morta em 2021 por um disparo de fuzil enquanto brincava na porta de casa, em uma comunidade de Niterói (RJ), durante uma ação policial. Segundo denúncia do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), o disparo veio do policial militar Bruno Dias Delaroli. Ele foi preso em flagrante e denunciado por homicídio qualificado, sob a acusação de ter assumido o risco de matar.

Posteriormente, a prisão do militar foi revogada, com a imposição de medidas cautelares. A Justiça, então, decidiu submeter o caso

Reprodução/Redes Sociais



Ana Clara Gomes Machado, de 5 anos, foi morta por um tiro de fuzil de militar que foi defendido por Flávio Bolsonaro em 2024

a júri popular. Em 2024, o senador Flávio Bolsonaro ingressou na defesa do criminoso e assinou o documento para reverter o encaminhamento ao Tribunal do Júri. O pedido foi negado, no entanto, até o momento, Delaroli não foi julgado. O julgamento foi marcado para 2027.

O líder do PT no Senado, Camilo Santana (PT-CE), que também atua na coordenação do presidente, também apresentou um projeto de lei que impede membros do Poder Legislativo de exercer

advocacia em casos de crimes contra a vida. A ideia é proteger a investigação e o julgamento dessa interferência.

O senador intitulou a iniciativa como “Lei Ana Clara” e, se aprovada, a nova legislação valerá para casos posteriores a sua vigência. O projeto detalha ainda que o advogado que estiver abrangido pelo impedimento deverá comunicar, até a mudança entrar em vigor, a necessidade da sua substituição.

Manifestações

Em Brasília, hoje, o tema será abordado em protesto em frente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Coletivos marcaram manifestação contra a decisão do ministro André Mendonça, que determinou a suspensão do impulsionamento de postagens da campanha do presidente Lula que ligavam o filho mais velho de Jair Bolsonaro ao caso Ana Clara.

O protesto está marcado para

às 13h e contará com a participação de membros da União Brasileira de Mulheres (UBM) e dos coletivos Criança Não É Mãe, Campanha Faça Bonito e do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

A manifestação será contra a “censura” e em defesa do direito do cidadão de ter acesso à informações sobre o caso de Ana Clara e não poupa críticas à atuação do ministro André Mendonça, do Supremo Trubinal Federal (STF),



Esse advogado, agora, é candidato à Presidência. Essa informação não pode ser negada à sociedade brasileira”

Ana Carolina Tessmann,
professora e integrante da mobilização de hoje em frente ao TSE

indicado por Jair Bolsonaro, para impedir a divulgação do caso.

“Além da censura de André Mendonça, isso abafa mais uma vez o assassinato de uma criança e a luta de uma mãe por justiça”, indicou a convocação. “Venha com seu cartaz. Ana Clara precisa de justiça e Censura Nunca Mais”, acrescentou.

Ao **Correio**, Ana Carolina Tessmann, professora que integra a mobilização, defendeu que é direito do cidadão ter conhecimento sobre fatos que envolvem um candidato à Presidência da República. Ela ainda avaliou que a decisão de Mendonça foi uma tentativa de influenciar no processo eleitoral.

“Esse advogado, agora, é candidato à Presidência. Essa informação não pode ser negada à sociedade brasileira”, afirmou. “Mendonça, em mais uma das suas tentativas de influenciar no resultado de um processo eleitoral, toma uma atitude que fere a todas nós mulheres, porque todas nós estamos interessadas no julgamento do assassino de Ana Clara”, lamentou Tessmann.

PF de olho nos passos de Willer

» RENATO SOUZA

A viagem do advogado Willer Tomaz ao exterior, em meio às investigações contra ele, ativou o alerta de investigadores da Polícia Federal. O jurista é alvo de diligências para apurar suspeitas de lavagem de dinheiro e irregularidades relacionadas a descontos ilegais em aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Willer é amigo próximo do senador Flávio Bolsonaro (PL), que concorre à Presidência da República. Ambos são investigados no mesmo inquérito.

Oficialmente, não há medidas judiciais que impeçam o advogado de sair do país. No entanto, dentro da corporação, correm boatos de que a saída do território nacional pode ser uma forma de fugir de eventuais medidas da Justiça, como novas ações de busca e apreensão ou medidas cautelares. O inquérito que mira o advogado foi aberto no Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 8 deste mês. O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes, que foi escolhido por sorteio.

A suspeita principal é de lavagem de dinheiro envolvendo apostas esportivas. De acordo com interlocutores de Willer, ouvidos pela reportagem sob a condição de anonimato, ele deixou o Brasil com a esposa e os filhos. O objetivo seria visitar locais de lazer no exterior. Não há data prevista para retorno, de acordo com essas fontes.

Procurado pela reportagem, o advogado ainda não se manifestou. A investigação da Polícia Federal sobre suspeitas de lavagem de dinheiro envolvendo Flávio Bolsonaro e Willer Tomaz também alcança o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) e o ex-deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), que está nos Estados Unidos ilegalmente. A apuração busca esclarecer possíveis conexões entre o advogado, políticos e empresas ligadas ao mercado de apostas esportivas.

De acordo com as investigações, somente neste ano, o advogado movimentou R\$ 1,3 bilhão em apostas on-line, especialmente, no chamado Jogo do Tigrinho. Em 2025, foram R\$ 5 bilhões, tornando-o o maior apostador do país.

Polícia Federal/Divulgação



Polícia Federal diz que encontrou sala secreta em aeroporto com máquina de contar dinheiro no hangar de Willer Tomaz, amigo de Flávio

hangar no Aeroporto Internacional de Brasília, usado por empresas de transporte aéreo de Willer Tomaz. A suspeita é de que o espaço tenha sido usado para guardar dinheiro ilegal, além de bens de alto valor. A porta da sala era blindada e estava escondida atrás de um painel de madeira, que simulava uma parede. Dentro da sala, havia estantes, uma mala vazia e uma máquina de contar dinheiro.

O “aprofundamento das investigações” levou à localização do espaço, de acordo com fontes ligadas ao caso. Uma denúncia anônima levou a PF ao local durante uma operação de busca e apreensão, em agosto deste ano, quando a Polícia cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços de Willer no âmbito da Operação Sem Desconto.

Nas redes sociais, o advogado negou irregularidades e disse que a sala é de apoio para empresa de transporte de valores. “O que a PF encontrou lá? Nada, nem um real. O Flávio não tem nada a ver com minha empresa de transporte de valores. Mas sem o nome dele não teria reportagem”, escreveu.

Os valores movimentados não representam a quantia depositada, pois um montante bem menor adicionado ao saldo pode ser usado diversas vezes, entre ganhos e perdas nas plataformas. Em um processo movido na Justiça de São Paulo, o advogado afirmou que sofre de ludopatia, que é o vício em jogos. O volume financeiro chamou a atenção dos investigadores por, aparentemente, não corresponder às atividades econômicas conhecidas do advogado.

Os investigadores apuram se Flávio teria atuado com Tomaz em um suposto esquema de lavagem de dinheiro. O procedimento também investiga possíveis vazamentos de informações sobre processos em andamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Flávio classificou as notícias como falsas, enquanto Tomaz e Castro negam irregularidades. O nome do ex-governador aparece na apuração em razão de mensagens encontradas no celular de Tomaz

e de possíveis conexões do advogado com empresas que atuam no setor de apostas no Rio de Janeiro. Uma delas é a Rede Loto, primeira empresa credenciada pela Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Lotery) para operar apostas esportivas on-line, em maio de 2023, durante a gestão do ex-governador.

Bunker para dinheiro

Os investigadores da PF encontraram uma sala secreta em um